



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
SBN Quadra 01 Bloco D Lote 32, Edifício Palácio do Desenvolvimento 18º andar
Brasília/DF, CEP 70057-900 <https://www.gov.br/incra>

Plano de Trabalho - TED Nº 348/2025/GABT-1/GABT/GAB/P/SEDE/INCRA-INCRA

Brasília, 18 de novembro de 2025.

1. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADA

a) Unidade Descentralizadora e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizada: **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA**

Nome da autoridade competente: **César Fernando Schiavon Aldrighi**

Matrícula funcional: **3372122**

Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pela execução do objeto do TED: INCRA/DF Identificação do Ato que confere poderes para assinatura: **Portaria Casa Civil nº 2.088, de 22 de março de 2023, publicado Diário Oficial da União do dia 23 de março de 2023.**

b) UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que descentralizará o crédito: **373001/37201 -**

DAF 1

2. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADA

a) Unidade Descentralizada e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizador(a): **Universidade de Brasília - UnB**

Nome da autoridade competente: Profª **Rozana Reigota Naves**

Matrícula funcional: **1552210**

Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: **Universidade de Brasília - UnB**

Identificação do Ato que confere poderes para assinatura: **Decreto de 22 de novembro de 2024, publicado no Diário Oficial da União do dia 22 de novembro de 2024.**

b) UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que receberá o crédito: Universidade de Brasília - UG: **154040/15257**

3. OBJETO:

3.1. O Projeto Governança Fundiária na Amazônia Legal (GovFun Amazônia) visa o estabelecimento de cooperação para a investigação destinada a boa governança fundiária e gestão territorial em imóveis do Incra ou sob gestão do Incra nos estados da Amazônia Legal, a partir de bancos de dados oficiais e livros fundiários de ações de titulação já executadas.

4. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES E METAS A SEREM DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO TED

Ação	Meta	Produto
Investigação de caráter fundiário nas ações de titulação já realizados em imóveis do Incra ou da União sob Gestão do Incra nos nove estados que compõe os estados da Amazônia Legal.	M1. Investigar as informações de ações de titulação a partir de pesquisa em até duzentos mil documentos titulatórios em parcelas rurais e urbanas	P1. Qualificar as informações dos imóveis do Incra ou da União sob a gestão do Incra objeto da pesquisa nos nove estados da Amazônia Legal.
		P2. Qualificar as informações das parcelas rurais e urbanas objetos de ações titulatórias vinculadas aos imóveis do Incra ou da União sob a gestão do Incra nos nove estados da Amazônia Legal.
		P3. Realizar pesquisa em arquivos oficiais digitais do Incra e nos livros fundiários das informações de titulação de até duzentos mil documentos titulatórios realizados nos nove estados da Amazônia Legal nas parcelas qualificadas.
		P4. Construir um sistema eletrônico de coleta de informações e de um banco de dados com página web de apresentação dos resultados das coletas realizadas.
		P5. Qualificar as informações sobre as parcelas urbanas a partir da pesquisa em arquivos digitais oficiais do Incra e nos livros fundiários, propiciando um mapeamento de prováveis áreas urbanizadas ou em processo de urbanização.
		P6. Relatório dos processos de titulação estado do Acre.
		P7. Relatório dos processos de titulação estado do Amapá.

Relatórios estaduais sobre os resultados apresentados pela pesquisa	M2. Elaboração de nove relatórios técnicos históricos sobre os processos de titulação nos estados da Amazônia Legal indicando se os processos foram conclusos e se ainda se encontram áreas remanescentes	P8. Relatório dos processos de titulação estado do Amazonas.
		P9. Relatório dos processos de titulação estado do Maranhão.
		P10. Relatório dos processos de titulação estado do Mato Grosso.
		P 11. Relatório dos processos de titulação estado do Pará.
		P12. Relatório dos processos de titulação estado de Rondônia.
		P13. Relatório dos processos de titulação estado de Roraima.
		P14. Relatório dos processos de titulação estado de Tocantins.
		P15. Plano de ação para atender as demandas apresentadas no relatório dos processos de titulação do estado do Acre.
		P16. Plano de ação para atender as demandas apresentadas no relatório dos processos de titulação do estado do Amapá.
		P17. Plano de ação para atender as demandas apresentadas no relatório dos processos de titulação do estado do Amazonas.

Planos de ação estaduais em atendimento as demandas apresentadas nos diagnósticos	M3. Elaborar nove planos de ação vinculados aos estados da Amazônia Legal a partir dos resultados alcançados pela pesquisa, tanto para as áreas rurais quanto para as áreas urbanas.	P18. Plano de ação para atender as demandas apresentadas no relatório dos processos de titulação do estado do Maranhão.
		P19. Plano de ação para atender as demandas apresentadas no relatório dos processos de titulação do estado do Mato Grosso.
		P20. Plano de ação para atender as demandas apresentadas no relatório dos processos de titulação do estado do Pará.
		P21. Plano de ação para atender as demandas apresentadas no relatório dos processos de titulação do estado de Rondônia.
		P22. Plano de ação para atender as demandas apresentadas no relatório dos processos de titulação do estado de Roraima.
		P23. Plano de ação para atender as demandas apresentadas no relatório dos processos de titulação do estado do Tocantins.
Pesquisa cartorial amostral como forma de comprovação das informações coletadas na pesquisa de titulação das parcelas	M4. Realizar a verificação cartorial em 10 imóveis de até 50 parcelas, que tiveram seus processos de titulação conclusos	P24. Construção de metodologia de verificação registral através de análise cartorial.
		P25. Elaborar relatório técnico – jurídico sobre os resultados alcançados na pesquisa cartorial.

Ações administrativas e acadêmicas	M5.Difusão científica e comunicação	P26. Produção e difusão de peças de comunicação executivas do projeto durante a vigência.
		P27. Submissão de ao menos 4 artigos científicos e realização de 2 eventos de cunho acadêmico profissional para difusão do conhecimento
		P28. Orientação de 3 dissertações de mestrado e 4 estudos em nível de Graduação (TCCs e relatórios de estágios)
	M6. Estudo sobre integração de dados	P29. Realização de Seminário Técnico interno entre INCRA, UNB e colaboradores para debater sobre as deficiências e necessidades para construção da integração do SNCR e SIGEF
		P30. Elaboração de revisão de literatura com o estado da arte para o tema: cadastro multifinalitário e boa governança fundiária.
	M7. Identificação de soluções e facilitadores na integração dos dados	P31. Coleta de dados no SNCR e SIGEF identificação das fragilidades e potencialidades, incluindo amostras nas Superintendências Regionais, a partir dos 200 mil documentos titulatórios.

Integração de bases de dados (SNCR e SIGEF) para fomentar o processo de boa governa fundiária		P32. Diagnóstico das fragilidades e potencialidades do SNCR e do SIGEF para nortear a proposta de soluções na integração dos dados
		P33. Construção de protótipo de integração dos sistemas SNCR e SIGEF
	M8. Estudo de possíveis impactos no processo de gestão territorial	P34. Análise e elaboração de diagnóstico sobre as necessidades e resultados esperados da integração de dados do SNCR e SIGEF no processo de boa governança fundiária e gestão territorial pelo INCRA , a partir das soluções contempladas no protótipo.
		P35 - Proposta de plano de Ação para implantação de integração do SNCR e SIGEF
		P36. Coleta de dados das informações de SNCR, SIGEF e Registro imobiliário de 12 glebas federais na Amazônia Legal.
		P37. Relatório com análise das informações de SNCR, SIGEF e Registro imobiliário de 12 glebas federais na Amazônia Legal.
		P38. Estudo sobre a necessidade de integração de bases cadastrais com os registros imobiliários e seus efeitos na boa governança fundiária (Estudo de caso a partir das 12 glebas)

	M9. Investigação, análise documental, sistematização e armazenamento dos títulos de imóveis rurais privados emitidos pelo Incra, bem como suas matrículas registradas, sob imóveis rurais da União em áreas prioritárias de atuação do programa TdF.	P39. Relatório contendo a descrição do processo de investigação e análise documental realizada em bancos de dados oficiais e livros fundiários acerca de ações pretéritas de titulação realizadas pelo Incra, bem como suas subseqüentes matrículas registradas nos cartórios de imóveis, no que couber
		P40. Relatório contendo a metodologia adotada para a sistematização, normatização e armazenamento de títulos de imóveis rurais privados, emitidos pelo Incra, e matrículas registradas em cartórios de imóveis, previamente levantadas.
		P41. Banco de dados e informações sistematizado contendo os títulos emitidos e matrículas registradas que foram utilizadas nos levantamentos e análises realizadas.
	M10. Identificação, sistematização, padronização e vetorização das informações cartográficas	P42. Relatório o processo de identificação, o método adotado para a sistematização das informações cartográficas de natureza posicional inseridas nos memoriais descritivos dos títulos de imóveis rurais privados, emitidos pelo Incra, bem como nas matrículas registradas em cartório de imóveis resultante de ações pretéritas de regularização fundiária.
Ação de vetorização		

de natureza posicional presente nos memoriais descritivos dos títulos de imóveis rurais privados emitidos pelo Incra e nas matrículas registradas nos cartórios de imóveis.	P43. Banco de dados geográfico (BDG), sistematizado e padronizado, contendo as geoinformações resultantes do processo de vetorização dos vértices e perímetros constantes nos memoriais descritivos dos títulos emitidos pelo Incra, bem como nas matrículas registradas em cartório de imóveis resultante de ações pretéritas de regularização fundiária.
	P44. Relatório consolidado contendo os resultados alcançados acerca dos títulos e matrículas de imóveis rurais privados que foram objetos do trabalho, bem como a proposição de ações institucionais de caráter resolutivas a serem adotadas pelo Incra visando sanar eventuais inconsistências nos documentos analisados.
	P45. Relatório contendo a ferramenta tecnológica e o método adotado para a disponibilização das informações documentais e das geoinformações acerca dos vértices e dos perímetros dos títulos emitidos pelo Incra e das matrículas registradas identificadas durante a execução dos trabalhos.
	P46. Sistema informacional, e catálogo de metadados, contendo os dados e informações acerca dos documentos titulatórios e matrículas, bem como das geoinformações relativas a seus vértices e perímetros. O catálogo de metadados a ser elaborado deve seguir os padrões a serem definidos em comum acordo entre os partícipes do presente instrumento.
M11. Disponibilização das informações documentais e das geoinformações acerca dos vértices e dos perímetros dos títulos emitidos pelo Incra e das matrículas registradas identificadas durante a execução dos trabalhos.	

Apoio a Regularização Fundiária	M12. Apoio nos procedimentos de análise processual de regularização fundiária (Baseado na triagem de 10 mil processos)	P47. Coleta de dados para construção do Manual, das vídeos aulas e do material da capacitação presencial
		P48. Manual de análise processual de regularização fundiária
		P49. Três vídeos aulas de capacitação na instrução de processos de regularização fundiária para o público: servidores e colaboradores do INCRA
		P50. Cinco capacitações presenciais com apresentação das vídeos aulas e do manual (P.47 e 48)

5. RESULTADOS ESPERADOS

- I - Contribuir aos processos de governança e regularização do Incra nas ações fundiárias na Amazônia Legal.
- II - Qualificar recursos humanos nos temas específicos do projeto.
- III - Construir bases de informações atualizadas para auxílio à tomada de decisão.
- IV - Estabelecer parcerias com outras Universidades Federais para elaboração e divulgação de material acadêmico sobre o tema de boa governança fundiária.

6. JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DO TED:

A regularização fundiária consiste no conjunto de medidas jurídicas, ambientais e sociais com o objetivo de legalizar as ocupações em terras da União ou do Incra através de processos titulatórios conforme legislação vigente. Realizando a regularização, o legítimo ocupante tem garantido seu direito de propriedade reconhecido ao invés da situação precária da posse.

Soma-se a questão do direito de propriedade, as ações de desenvolvimento econômico e social, uma vez que regularizando a situação da terra, é possível dar condições para que os ocupantes acessem políticas públicas e sejam responsabilizados por seus atos, passem a fazer parte do sistema produtivo, tendo acesso a financiamento rural, à tecnologia e à assistência técnica rural.

Assim, o título da propriedade é fundamental para garantir o acesso dos produtores ao crédito agrícola, assistência técnica e a programas governamentais, assim como o atendimento de demandas como o fornecimento de alimentos para a merenda escolar, creches, asilos, dentre outros.

No eixo do fortalecimento do conhecimento técnico-científico sobre o tema, espera-se que as pesquisas desenvolvidas no âmbito do projeto forneçam subsídios para elaboração de políticas públicas fundiárias que contribuam para a melhor compreensão do rural brasileiro e seus potenciais a partir dos processos de titulação dos imóveis rurais.

Outros três importantes eixos de discussão permeiam o projeto. A convergência entre a pesquisa desenvolvida e a busca pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU - ODS, com as

Diretrizes Voluntárias sobre a Governança Responsável da Terra, dos Recursos Pesqueiros e Florestais no contexto da Segurança Alimentar Nacional - DGVs e as ações de neutralização das emissões de carbono conforme proposto pelas diferentes conferências e tratados do clima, em especial a COP 26.

Os ODS são um pedido universal realizado pela Organização das Nações Unidas à ação para acabar com a pobreza, proteger o planeta e assegurar que todas as pessoas tenham paz e prosperidade. A pesquisa se integra de forma direta a esse pedido, uma vez que busca gerar conhecimento na busca de soluções e caminhos para ações que visem minimizar os problemas causados pela mudança climática, da desigualdade econômica, do consumo sustentável e da justiça.

Além do objetivo 01 (Erradicação da pobreza), que entre outras metas, estabelece garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade (...), atua ainda nos objetivos número onze (cidades e comunidades sustentáveis), que tem por fim, tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis, o objetivo treze (ação contra a mudança global do clima) tomando medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos e o objetivo número quinze (vida terrestre), devendo esta ser protegida, recuperada e promovida o seu uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da Terra e deter a perda da biodiversidade.

As DGVs visam promover a segurança do direito de posse, garantir o acesso equitativo à terra, pescas e florestas como um meio para erradicar a fome e a pobreza, apoiar o desenvolvimento sustentável e melhorar o meio ambiente, dialogando diretamente com processos e ações que tem como o objetivo a garantia de direitos e o acesso a segurança jurídica das ocupações.

O resultado dessa ação é a busca de uma adequada gestão territorial, inserindo não só no projeto de pesquisa, mas como nos seus resultados o conceito de governança fundiária. O elemento de Governança Fundiária dialoga diretamente com o novo conceito adotado pelo Incra que entendendo a dimensão alterou não só o nome da Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária para Diretoria de Governança Fundiária, ampliando assim o modo de entender e gestar a temática fundiária no país.

A neutralização das emissões de carbono na atmosfera é uma pauta global e foi tratada com muita ênfase na Conferência das Nações Unidas para o Clima. O desafio dos países é reduzir suas emissões ao passo que ações mitigadoras devem ser imediatamente realizadas como forma de compensação das emissões já realizadas. O Brasil não foi diferente a logo na abertura das atividades o Governo Federal anunciou a meta de reduzir as emissões de carbono em 50%, até o ano de 2030. Além dessa ambiciosa meta, outros compromissos foram apresentados como o de zerar o desmatamento ilegal até 2028, restaurar e reflorestar 18 milhões de hectares de florestas até 2030, alcançar, em 2030, a participação de 45% a 50% das energias renováveis na composição da matriz energética, recuperar 30 milhões de hectares de pastagens degradadas e incentivar a ampliação da malha ferroviária.

Com a possibilidade desse projeto de pesquisa incluir entre suas ações a neutralização das emissões de carbono produzidas durante a realização dos trabalhos e prever uma forma de compensação, adequamos nossa ação, Universidade e Incra, aos desafios postos na agenda do clima, atendendo as orientações governamentais de mitigação de impactos.

Diante do acima exposto, o INCRA, buscará em conjunto com a Universidade de Brasília – UnB campus Planaltina, através de termo de execução descentralizada o apoio a pesquisa e a análise, objetivando a busca de novas práticas e inovações na identificação, análise e titulação em processos de regularização fundiária dentro da Amazônia Legal.

7. SUBDESCENTRALIZAÇÃO

7.1. A Unidade Descentralizadora autoriza a subdescentralização para outro órgão ou entidade da administração pública federal?

(**X**) Sim

() Não

Justificativa: Considerando que as Fundações são as estruturas legalmente constituídas e com a finalidade específica de apoiar os Projetos de pesquisa das Universidades e Institutos Federais, conforme termos da Lei 8958/1994, em especial o Art. 1º, o Incra concorda com a possibilidade de subdescentralização.

8. FORMAS POSSÍVEIS DE EXECUÇÃO DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS:

8.1. A forma de execução dos créditos orçamentários descentralizados poderá ser:

(☒) Direta, por meio da utilização capacidade organizacional da Unidade Descentralizada.

(☐) Contratação de particulares, observadas as normas para contratos da administração pública.

(☒) Descentralizada, por meio da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com entes federativos, entidades privadas sem fins lucrativos, organismos internacionais ou fundações de apoio regidas pela Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994.

Observação:

1) Podem ser marcadas uma, duas ou três possibilidades.

2) Não é possível selecionar forma de execução que não esteja prevista no Cadastro de Ações da ação orçamentária específica, disponível no SIOP.

9. CUSTOS INDIRETOS (ART. 8, §2º):

9.1. A Unidade Descentralizadora autoriza a realização de despesas com custos operacionais necessários à consecução do objeto do TED?

(☒) Sim

(☐) Não

9.2. O pagamento será destinado aos seguintes custos indiretos, até o limite de 20% do valor global pactuado:

Despesas Administrativas e Operacionais da Fundação de Apoio e Ressarcimento Institucional de despesas do tipo: custos operacionais necessários à consecução do objeto do TED, tais como: aluguéis; manutenção e limpeza de imóveis; fornecimento de energia elétrica e de água; serviços de comunicação de dados e de telefonia; taxa de administração; e consultoria técnica, contábil e jurídica, conforme termos da Instrução Normativa 001/2019 da CAPRO/UnB (Processo SEI UnB 23106.067836/2019-20).

Observações:

1. O pagamento de despesas relativas a custos indiretos está limitado a vinte por cento do valor global pactuado, podendo ser excepcionalmente ampliado pela Unidade Descentralizadora, nos casos em que custos indiretos superiores sejam imprescindíveis para a execução do objeto, mediante justificativa da Unidade Descentralizada e aprovação da Unidade Descentralizadora.

2. Na hipótese de execução por meio da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com entes federativos, entidades privadas sem fins lucrativos, organismos internacionais ou fundações de apoio regidas pela Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, a proporcionalidade e as vedações referentes aos tipos e percentuais de custos indiretos observarão a legislação aplicável a cada tipo de ajuste.

10. CRONOGRAMA FÍSICO- FINANCEIRO

META 1	Investigar as informações de ações de titulação a partir de pesquisa em até duzentos mil documentos titulatórios em parcelas rurais e urbanas.
---------------	---

PRODUTOS	Unidade de Medida	Qtde	Valor Unitário	Valor Total	Início	Fim
P1. Qualificar as informações dos imóveis do Incra ou da União sob a gestão do Incra objeto da pesquisa nos nove estados da Amazônia Legal.	Produto	1	R\$ 586.200,40	R\$ 2.931.002,00	ABR/22	JUN/27
P2. Qualificar as informações das parcelas rurais e urbanas objetos de ações titulatórias vinculadas aos imóveis do Incra ou da União sob a gestão do Incra nos nove estados da Amazônia Legal.		1	R\$ 586.200,40			
P3. Realizar pesquisa exclusivamente, em arquivos oficiais digitais do Incra e nos livros fundiários das informações de titulação de até duzentos mil documentos titulatórios realizados nos nove estados da Amazônia Legal nas parcelas qualificadas		1	R\$ 586.200,40			
P4. Construir um sistema eletrônico de coleta de informações e um banco de dados com página web de apresentação dos resultados das coletas realizadas.		1	R\$ 586.200,40			

P5. Qualificar as informações sobre as parcelas urbanas a partir da pesquisa em arquivos digitais oficiais do Incra e nos livros fundiários, propiciando um mapeamento de prováveis áreas urbanizadas ou em processo de urbanização.		1	R\$ 586.200,40			
META 2	Elaboração de nove relatórios técnicos históricos sobre os processos de titulação nos estados da Amazônia Legal indicando se os processos foram concluídos e se ainda se encontram áreas remanescentes					
PRODUTOS	Unidade de Medida	Qtde	Valor Unitário	Valor Total	Início	Fim
P6. Relatório dos processos de titulação estado do Acre	Produto	1	R\$614.287,78	R\$5.528.590,00	MAIO/22	JUN/27
P7. Relatório dos processos de titulação estado do Amapá		1	R\$614.287,78			
P8. Relatório dos processos de titulação estado do Amazonas		1	R\$614.287,78			
P9. Relatório dos processos de titulação estado do Maranhão		1	R\$614.287,78			
P10. Relatório dos processos de titulação estado do Mato Grosso		1	R\$614.287,78			
P 11. Relatório dos processos de titulação estado do Pará		1	R\$614.287,78			
P 12. Relatório dos processos de titulação estado de Rondônia		1	R\$614.287,78			
P 13. Relatório dos processos de titulação estado de Roraima		1	R\$614.287,78			

P 14. Relatório dos processos de titulação estado de Tocantins		1	R\$614.287,76			
META 3	Elaborar nove planos de ação vinculados aos estados da Amazônia Legal a partir dos resultados alcançados pela pesquisa, tanto para as áreas rurais quanto para as áreas urbanas					
PRODUTOS	Unidade de medida	Qtde	Valor Unitário	Valor Total	Início	Fim
P15. Plano de Ação para atender as demandas apresentadas no relatório dos processos de titulação estado do Acre	Produto	1	R\$ 586.220,00	R\$ 5.275.980,00	MAI/22	JUN/27
P16. Plano de Ação para atender as demandas apresentadas no relatório dos processos de titulação estado do Amapá		1	R\$ 586.220,00			
P17. Plano de Ação para atender as demandas apresentadas no relatório dos processos de titulação estado do Amazonas		1	R\$ 586.220,00			
P18. Plano de Ação para atender as demandas apresentadas no relatório dos processos de titulação estado do Maranhão		1	R\$ 586.220,00			
P19. Plano de Ação para atender as demandas apresentadas no relatório dos processos de titulação estado do Mato Grosso		1	R\$ 586.220,00			
P20. Plano de Ação para atender as demandas apresentadas no relatório dos processos de titulação estado do Pará		1	R\$ 586.220,00			

P21. Plano de Ação para atender as demandas apresentadas no relatório dos processos de titulação estado de Rondônia		1	R\$ 586.220,00			
P22. Plano de Ação para atender as demandas apresentadas no relatório dos processos de titulação estado de Roraima		1	R\$ 586.220,00			
P23. Plano de Ação para atender as demandas apresentadas no relatório dos processos de titulação estado de Tocantins		1	R\$ 586.220,00			
META 4	Realizar a verificação cartorial em 10 imóveis de até 50 parcelas que tiveram seus processos de titulação conclusos					
PRODUTOS	Unidade de Medida	Qtde	Valor Unitário	Valor Total	Início	Fim
P24. Construção de metodologia de verificação registral através de análise cartorial	Produto	1	R\$ 586.213,00	R\$ 1.172.426,00	MAI/22	JUN/27
P25. Elaborar relatório técnico – jurídico sobre os resultados alcançados na pesquisa cartorial.		1	R\$ 586.213,00			
META 5	Difusão científica e comunicação					
PRODUTOS	Unidade de Medida	Qtde	Valor Unitário	Valor Total	Início	Fim
P26. Produção e difusão de ao menos 2 peças de comunicação executivas do projeto durante a vigência do projeto.		1	R\$614.890,00			

P27. Submissão de ao menos 4 artigos científicos e realização de 2 eventos de cunho acadêmico profissional para difusão do conhecimento	Produto	1	R\$614.890,00	R\$ 1.844.670,00	DEZ/21	JUN/27
P28. Orientação de 3 dissertações de mestrado e 4 estudos em nível de graduação (TCCs e relatórios de estágios)		1	R\$614.890,00			
META 6	Estudo sobre integração de dados					
PRODUTOS	Unidade de Medida	Qtde	Valor Unitário	Valor Total	Início	Fim
P29. Realização de Seminário Técnico interno entre INCRA, UNB e colaboradores para debater sobre as deficiências e necessidades para construção da integração do SNCR e SIGEF	Produto	1	R\$ 135.000,00	R\$ 270.000,00	JUN/24	JUN/27
P30. Elaboração de revisão de literatura com o estado da arte para o tema: cadastro multifinalitário e boa governança fundiária.		1	R\$ 135.000,00			
META 7	Identificação de soluções e facilitadores na integração dos dados					
PRODUTOS	Unidade de Medida	Qtde	Valor Unitário	Valor Total	Início	Fim
P31. Coleta de dados no SNCR e SIGEF identificação das fragilidades e potencialidades, incluindo amostras nas Superintendências Regionais, a partir dos 200 mil documentos titulatórios.		1	R\$ 260.000,00			

P32. Diagnóstico das fragilidades e potencialidades do SNCR e do SIGEF para nortear a proposta de soluções na integração dos dados	Produto	1	R\$ 260.000,00	R\$ 780.000,00	JUN/24	JUN/27
P33. Construção de protótipo de integração dos sistemas SNCR e SIGEF		1	R\$ 260.000,00			
META 8	Estudo de possíveis impactos no processo de gestão territorial					
PRODUTOS	Unidade de Medida	Qtde	Valor Unitário	Valor Total	Início	Fim
P34. Análise e elaboração de diagnóstico sobre as necessidades e resultados esperados da integração de dados do SNCR e SIGEF no processo de boa governança fundiária e gestão territorial pelo INCRA, a partir das soluções contempladas no protótipo.	Produto	1	R\$ 476.865,20	R\$ 2.384.326,00	JUN/24	JUN/27
P35. Proposta de plano de Ação para implantação de integração do SNCR e SIGEF		1	R\$ 476.865,20			
P36. – Coleta de dados das informações de SNCR, SIGEF e Registro imobiliário de 12 glebas federais na Amazônia Legal.		1	R\$ 476.865,20			
P37. Relatório com análise das informações de SNCR, SIGEF e Registro imobiliário de 12 glebas federais na Amazônia Legal.		1	R\$ 476.865,20			

P38. Estudo sobre a necessidade de integração de bases cadastrais com os registros imobiliários e seus efeitos na boa governança fundiária (Estudo de caso a partir das 12 glebas)		1	R\$ 476.865,20			
META 9	Investigação, análise documental, sistematização e armazenamento dos títulos de imóveis rurais privados emitidos pelo Incra, bem como suas matrículas registradas, sob imóveis rurais da União em áreas prioritárias de atuação do programa TdF.					
PRODUTOS	Unidade de Medida	Qtde	Valor Unitário	Valor Total	Início	Fim
P39. Relatório contendo a descrição do processo de investigação e análise documental realizada em bancos de dados oficiais e livros fundiários acerca de ações pretéritas de titulação realizadas pelo Incra, bem como suas subsequentes matrículas registradas nos cartórios de imóveis, no que couber.	Produto	1	R\$150.000,00	R\$450.000,00	NOV/25	JUN/27
P40. Relatório contendo a metodologia adotada para a sistematização, normatização e armazenamento de títulos de imóveis rurais privados, emitidos pelo Incra, e matrículas registradas em cartórios de imóveis, previamente levantadas.		1	R\$150.000,00			
P41. Banco de dados e informações sistematizado contendo os títulos emitidos e matrículas registradas que foram utilizadas nos levantamentos e análises realizadas.		1	R\$150.000,00			
META 10	Identificação, sistematização, padronização e vetorização das informações cartográficas de natureza posicional presente nos memoriais descritivos dos títulos de imóveis rurais privados emitidos pelo Incra e nas matrículas registradas nos cartórios de imóveis.					

PRODUTOS	Unidade de Medida	Qtde	Valor Unitário	Valor Total	Início	Fim
P42. Relatório o processo de identificação, o método adotado para a sistematização das informações cartográficas de natureza posicional inseridas nos memoriais descritivos dos títulos de imóveis rurais privados, emitidos pelo Incra, bem como nas matrículas registradas em cartório de imóveis resultante de ações pretéritas de regularização fundiária.	Produto	1	R\$150.000,00	R\$450.000,00	NOV/25	JUN/27
P43. Banco de dados geográfico (BDG), sistematizado e padronizado, contendo as geoinformações resultantes do processo de vetorização dos vértices e perímetros constantes nos memoriais descritivos dos títulos emitidos pelo Incra, bem como nas matrículas registradas em cartório de imóveis resultante de ações pretéritas de regularização fundiária.		1	R\$150.000,00			
P44. Relatório consolidado contendo os resultados alcançados acerca dos títulos e matrículas de imóveis rurais privados que foram objetos do trabalho, bem como a proposição de ações institucionais de caráter resolutivas a serem adotadas pelo Incra visando sanar eventuais inconsistências nos documentos analisados.		1	R\$150.000,00			
META 11	Disponibilização das informações documentais e das geoinformações acerca dos vértices e dos perímetros dos títulos emitidos pelo Incra e das matrículas registradas identificadas durante a execução dos trabalhos.					

PRODUTOS	Unidade de Medida	Qtde	Valor Unitário	Valor Total	Início	Fim
P45. Relatório contendo a ferramenta tecnológica e o método adotado para a disponibilização das informações documentais e das geoinformações acerca dos vértices e dos perímetros dos títulos emitidos pelo Incra e das matrículas registradas identificadas durante a execução dos trabalhos.	Produto	1	R\$ 200.000,00	R\$ 400.000,00	JUN/26	JUN/27
P46. Sistema informacional, e catálogo de metadados, contendo os dados e informações acerca dos documentos titulatórios e matrículas, bem como das geoinformações relativas a seus vértices e perímetros. O catálogo de metadados a ser elaborado deve seguir os padrões a serem definidos em comum acordo entre os partícipes do presente instrumento.		1	R\$ 200.000,00			
META 12	Apoio nos procedimentos de análise processual de regularização fundiária (Baseado na triagem de 10 mil processos)					
PRODUTOS	Unidade de Medida	Qtde	Valor Unitário	Valor Total	Início	Fim

P47. Coleta de dados para construção do Manual, das vídeos aulas e do material da capacitação presencial	Produto	1	R\$ 904.501,00	R\$1.604.501,00	NOV/25	JUN/27
P48. Manual de análise processual de regularização fundiária		1	R\$ 200.000,00			
P49. Três vídeos aulas de capacitação na instrução de processos de regularização fundiária para o público: servidores e colaboradores do INCRA		1	R\$ 200.000,00			
P50. Cinco capacitações presenciais com apresentação das vídeos aulas e do manual (P.47 e 48)		1	R\$ 300.000,00			
Custos Indiretos (UnB - Resolução CAD n.º 045/2014)					R\$ 2.309.149,50	
Custos Indiretos (DOA Fundação de Apoio)					R\$ 1.539.433,00	
Custos Diretos do Projeto					R\$ 19.242.912,50	
Total Geral do Projeto					R\$ 23.091.495,00	

11. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Mês/Ano	Valor
Dezembro/2021	R\$ 1.140.024,97
Julho/2022	R\$ 12.711.558,86
Agosto/2023	R\$ 2.535.410,17
Dezembro/2024	R\$ 2.221.288,31
Setembro/2025	R\$ 1.461.962,27
Outubro/2025	R\$ 96.749,42
Dezembro/2025	R\$ 2.924.501,00

12. PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO - PAD

Código da Natureza da Despesa	Custo Indireto	Valor Previsto

3.3.90.39.00 Serviços de terceiros – PJ (Custos indiretos UnB e Taxas da Fundação)	Sim	R\$ 3.558.132,40
3.3.90.37.00 Locação de mão de obra – PJ (Custos indiretos UnB)		R\$ 290.450,10
3.3.90.39.00 Serviços de terceiros – PJ (Contratação da Fundação de Apoio/ execução do Objeto)	Não	R\$ 19.242.912,50

13. PROPOSIÇÃO

(assinado eletronicamente)
Profª **ROZANA REIGOTA NAVES**
Reitora
Universidade de Brasília

14. APROVAÇÃO

(assinado eletronicamente)
CÉSAR FERNANDO SCHIAVON ALDRIGHI
Presidente
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária



Documento assinado eletronicamente por **César Fernando Schiavon Aldrighi, Presidente**, em 18/11/2025, às 21:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rozana Reigota Naves, Usuário Externo**, em 27/11/2025, às 21:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.incra.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **26372517** e o código CRC **BF6FBF10**.